

Rodrigo López Zilio

# Direito ELEITORAL

**7<sup>a</sup>** | revista  
edição | atualizada  
ampliada

2020

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1 – CONCEITO e CLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2 – AUTONOMIA .....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>31</b>
1. Constituição Federal .....	31
2. Tratados internacionais .....	32
3. Lei das Inelegibilidades .....	33
4. Lei das Eleições .....	34
5. Lei dos Partidos Políticos .....	34
6. Código Eleitoral .....	34
7. Lei de Transporte e Alimentação .....	35
8. Resolução .....	36
<b>CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 5 – PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>43</b>
1. Princípio democrático .....	44
2. Princípio da soberania popular .....	45
3. Princípio da representatividade .....	45
4. Princípio republicano .....	46

5.	Princípio da celeridade .....	46
6.	Princípio da preclusão .....	47
7.	Princípio da isonomia .....	47
8.	Princípio da verdade eleitoral .....	48
9.	Princípio da normalidade e legitimidade das eleições .....	48
10.	Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral .....	49
<b>CAPÍTULO 6 – A JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>		<b>57</b>
1.	Tribunal Superior Eleitoral .....	58
2.	Tribunal Regional Eleitoral .....	60
3.	Juízes Eleitorais .....	62
4.	Junta Eleitoral .....	64
5.	Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa, julgadora e consultiva .....	65
<b>CAPÍTULO 7 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL .....</b>		<b>69</b>
1.	Introdução .....	69
2.	Procurador-Geral Eleitoral .....	71
3.	Procurador Regional Eleitoral .....	71
4.	Promotor Eleitoral .....	72
<b>CAPÍTULO 8 – SISTEMAS ELEITORAIS .....</b>		<b>77</b>
1.	Sistema Majoritário .....	78
1.1	Sistema majoritário de maioria simples ou relativa ....	78
1.2	Sistema majoritário de maioria absoluta .....	79
2.	Sistema Proporcional .....	80
<b>CAPÍTULO 9 – NULIDADES .....</b>		<b>85</b>
1.	Introdução .....	85

2. Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE .....	88
3. Do art. 16-A da LE .....	90
4. Da nulidade da eleição: art. 224 CE .....	91

## **CAPÍTULO 10 – DIREITO PARTIDÁRIO .....** 101

1. Introdução .....	101
2. Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário .....	102
3. Criação e registro e participação na eleição .....	103
3.1. Criação e registro .....	103
3.2. Requisitos para participação na eleição .....	106
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais .....	109
4.1. Liberdade de criação e autonomia .....	109
4.2. Preceitos constitucionais .....	112
4.2.1. Caráter nacional .....	112
4.2.2. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes .....	113
4.2.3. Funcionamento parlamentar .....	113
4.2.4. Prestação de contas dos partidos políticos ..	113
4.2.5. Recursos do Fundo Partidário .....	118
4.2.6. Outros recursos .....	126
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos .....	143
6. Coligação .....	145
7. Cláusula de barreira .....	148
8. Fidelidade partidária .....	150
9. Competência .....	157

<b>CAPÍTULO 11 – DOS DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>159</b>
1. Introdução .....	159
2. Sufrágio e voto .....	164
3. Da capacidade eleitoral .....	166
<b>CAPÍTULO 12 – CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA .....</b>	<b>167</b>
1. Introdução .....	167
2. Alistamento eleitoral .....	170
3. Transferência .....	174
4. Segunda via .....	175
5. Cancelamento .....	176
6. Revisão do eleitorado .....	180
<b>CAPÍTULO 13 – CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA .....</b>	<b>183</b>
<b>CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE .....</b>	<b>185</b>
1. Introdução .....	185
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, §3º, I, da CF) .....	186
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, §3º, II, da CF) .....	188
3.1. Cancelamento da naturalização .....	190
3.2. Incapacidade civil absoluta .....	191
3.3. Condenação criminal transitada em julgado .....	193
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	200
3.5. Improbidade administrativa .....	202
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF) .....	204
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF) .....	204
6. Filiação partidária (art. 14, §3º, V, da CF) .....	205
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF) .....	219

<b>CAPÍTULO 15 – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE .....</b>	<b>223</b>
<b>CAPÍTULO 16 – INELEGIBILIDADE .....</b>	<b>225</b>
1. Introdução .....	225
2. Breve nota acerca da elegibilidade .....	225
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade ....	226
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade .....	227
5. O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico .....	228
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro .....	233
7. Aspectos materiais da inelegibilidade .....	235
7.1. Na Constituição Federal .....	238
7.2. Na Lei Complementar nº 64/1990 .....	251
7.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010 .....	253
7.3. Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 .....	264
8. Desincompatibilização .....	345
<b>CAPÍTULO 17 – INABILITAÇÃO .....</b>	<b>347</b>
<b>CAPÍTULO 18 – PROCESSO ELEITORAL .....</b>	<b>351</b>
<b>CAPÍTULO 19 – CONVENÇÃO PARTIDÁRIA .....</b>	<b>353</b>
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções .....	353
2. Prazo de realização e deliberação .....	356
3. Registro em livro e ata .....	357

4. Candidatura nata .....	358
5. Utilização de prédios públicos .....	358

## **CAPÍTULO 20 – REGISTRO DE CANDIDATURA ..... 361**

1. Generalidades: natureza jurídica, rito e pré-candidato vs candidato .....	361
2. Número de vagas e reserva por gênero .....	366
3. Vagas remanescentes .....	369
4. Prazo .....	370
5. Documentos .....	370
6. Diligências .....	379
7. Substituição .....	379
8. Homonímia .....	384

## **CAPÍTULO 21 – PROPAGANDA POLÍTICA ..... 387**

1. Introdução .....	387
2. Propaganda partidária .....	388
3. Propaganda intrapartidária .....	389
4. Propaganda eleitoral .....	390
4.1. Introdução: noções gerais .....	390
4.2. Prazo inicial da propaganda eleitoral .....	394
4.3. Propaganda extemporânea ou antecipada .....	395
4.4. Promoção pessoal e propaganda eleitoral .....	398
4.5. Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE .....	398
4.5.1. Art. 36-A, inciso I, da LE .....	408
4.5.2. Art. 36-A, inciso II, da LE .....	409
4.5.3. Art. 36-A, inciso III, da LE .....	410
4.5.4. Art. 36-A, inciso IV, da LE .....	411

4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE .....	412
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE .....	414
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE .....	415
4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular .....	415
4.7.	Poder de polícia .....	421
4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral .....	426
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i> .....	426
4.8.2.	Propaganda em bens particulares .....	427
4.8.3.	Propaganda em bens públicos .....	431
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo .....	439
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado .....	439
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios .....	440
4.8.7.	Showmícios .....	442
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem .....	444
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita ...	446
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão ...	452
4.8.11.	Debates .....	457
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão .....	460
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet .....	480
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição .....	497
<b>CAPÍTULO 22 – DIREITO DE RESPOSTA .....</b>		<b>499</b>
<b>CAPÍTULO 23 – PESQUISAS ELEITORAIS .....</b>		<b>507</b>



<b>CAPÍTULO 24 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE</b>	
<b>CONTAS .....</b>	<b>515</b>
1. Introdução .....	515
2. Da arrecadação .....	515
2.1. Despesas de campanha. Responsabilidade .....	515
2.2. Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade .....	516
2.3. Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções .....	517
2.4. Comitês financeiros .....	519
2.5. Conta bancária específica .....	520
2.6. Arrecadação de recursos financeiros de campanhas ...	522
2.7. Doações de recursos financeiros: formas legais .....	535
2.8. Recibo eleitoral .....	539
2.9. Doações: limites legais e representação por descumprimento .....	539
2.10. Arrecadação de recursos de campanha. Prazos .....	543
2.11. Fontes vedadas: art. 24 da LE .....	546
2.12. Recursos de origem não identificada .....	547
2.13. Gastos eleitorais: art. 26 da LE .....	547
2.14. Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE .....	553
2.15. Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE .....	556
2.16. Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido .....	558
3. Prestação de contas .....	559
3.1. Introdução e princípios do processo de prestação de contas .....	559
3.2. Dos obrigados a prestar contas .....	560
3.3. A prestação de contas parcial na internet .....	561

3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas ....	563
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos .....	565
3.6.	A prestação de contas simplificada .....	567
3.7.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas	569
3.8.	O processo de prestação de contas .....	569
3.9.	O julgamento da prestação de contas .....	570
3.10.	Da sobra de recursos financeiros .....	575
<b>CAPÍTULO 25 – ELEIÇÃO .....</b>		<b>577</b>
1.	Introdução .....	577
2.	Garantias eleitorais .....	577
3.	Lei seca .....	578
4.	Dia da eleição e abertura do comércio .....	579
5.	Requisição da força federal .....	579
6.	Atos preparatórios das eleições .....	580
6.1.	Seções eleitorais .....	580
6.2.	Mesa receptora .....	581
6.3.	Votação .....	583
6.4.	Apuração .....	587
6.5.	Proclamação dos resultados .....	587
<b>CAPÍTULO 26 – DIPLOMAÇÃO .....</b>		<b>589</b>
1.	Diplomação .....	589
2.	Posse .....	591
<b>CAPÍTULO 27 – CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL .....</b>		<b>593</b>
1.	Introdução .....	593
1.1	O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais .....	605

1.2	A aplicação subsidiária do novo CPC em matéria eleitoral .....	608
2.	Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC .....	612
2.1.	Introdução .....	612
2.2.	Objetivo .....	613
2.3.	Competência .....	614
2.4.	Prazo para o ajuizamento .....	614
2.5.	Preclusão .....	615
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência .....	616
2.7.	Capacidade Postulatória .....	623
2.8.	Questões procedimentais .....	624
2.8.1.	Petição Inicial .....	624
2.8.2.	Contestação .....	625
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução .....	626
2.8.4.	Alegações .....	628
2.8.5.	Sentença .....	629
2.8.6.	Recurso .....	634
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED .....	638
3.1.	Fundamento legal .....	638
3.2.	Objetivo .....	638
3.3.	Prazo .....	639
3.4.	Hipóteses de cabimento .....	639
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral .....	639
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013 .....	640
3.5.	A prova pré-constituída .....	645
3.6.	Competência e procedimento .....	646
3.7.	Legitimidade .....	647
3.8.	Efeitos .....	648

4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE .....	649
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal .....	649
4.2.	Hipóteses de cabimento .....	650
4.3.	Procedimento e competência .....	655
4.4.	Bem jurídico .....	661
4.5.	Prazo de ajuizamento .....	664
4.6.	Legitimidade .....	666
4.7.	Sanções .....	669
4.8.	Recurso e efeitos .....	672
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME .....	675
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé .....	675
5.2.	Objetivo .....	677
5.3.	Hipóteses de cabimento .....	677
5.4.	Preclusão .....	682
5.5.	Bem Jurídico .....	682
5.6.	Legitimidade .....	683
5.7.	Competência .....	686
5.8.	Procedimento .....	686
5.9.	Sanções .....	689
5.10.	Recursos e efeitos .....	690
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE) .....	691
6.1.	Fundamento legal .....	691
6.2.	Conceito: elementos de configuração .....	692
6.3.	Legitimados ativos .....	697
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta) .....	698
6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação) .....	700
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado .....	700
6.7.	Competência .....	702

6.8.	Sanções .....	702
6.9.	Recurso: prazo e efeitos .....	704
7.	Condutas vedadas .....	705
7.1.	Introdução .....	705
7.2.	Bem jurídico .....	706
7.3.	Legitimados .....	707
7.4.	Competência .....	708
7.5.	Sanções .....	708
7.6.	Procedimento .....	711
7.7.	Recurso: prazo e eficácia .....	711
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação .....	712
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais ....	713
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 ....	715
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei nº 9.504/1997 ...	757
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei nº 9.504/1997 ...	758
7.13.	A hipótese material do art. 77 da lei nº 9.504/1997 ....	759
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais .....	762
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE .....	762
8.2.	Hipóteses de cabimento .....	764
8.3.	Para fins eleitorais .....	770
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas .....	771
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator .....	773
8.6.	Procedimento e competência .....	775
8.7.	Prazo de ajuizamento .....	776
8.8.	Legitimados .....	779
8.9.	Sanções .....	780
8.10.	Recurso: prazo e efeitos .....	780

9.	Ação rescisória eleitoral .....	781
9.1.	Introdução .....	781
9.2.	Hipóteses de cabimento .....	782
9.3.	Constitucionalidade .....	784
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade ....	784
<b>CAPÍTULO 28 – RECURSOS .....</b>		<b>787</b>
1.	Introdução .....	787
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais .....	787
3.	Do prazo dos recursos eleitorais .....	788
4.	Da prevenção .....	790
5.	Do prejulgado .....	791
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas .....	791
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais ...	792
8.	Dos embargos de declaração .....	794
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral .....	796
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral .....	801
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>805</b>